Percepção da sociedade para o factoring melhorou significativamente nos últimos dez anos



Hamilton de Brito Junior, presidente do Sindicato das Sociedades de Fomento Mercantil Factoring do Estado de São Paulo (Sinfac-SP)

Administrador de empresas e contador, Hamilton de Brito Junior é empresário do fomento comercial desde 1995. Presidente reeleito do Sinfac-SP para a gestão 2018-2022, também comandou a entidade entre 2012-2017, tendo iniciado sua atuação associativa em 2007, como 2º vice-presidente da entidade, da qual foi ainda 1º vice-presidente, de 2010 a 2011. É atual vice-coordenador da Coordenadoria da Capital da Fecomercio-SP e presidente do Conselho Consultivo da ANFAC desde 2016, entidade da qual tornou-se, a partir de 2013, membro do Conselho de Administração.

Nesta entrevista, o dirigente fala da importância da representação política do Sindicato, considerada fundamental para que o setor de fomento comercial seja reconhecido como uma força atuante e de relevância para o País, e do desafio que as entidades sindicais terão de enfrentar a partir da extinção da contribuição sindical obrigatória, determinada pela Reforma Trabalhista. Brito Junior reforça ainda o desejo de ver a aprovação do Código Comercial, com a inclusão do capítulo sobre o fomento comercial, e comemora o fato de a percepção da sociedade para o segmento ter melhorado ao longo dos anos.

Que avaliação o senhor faz da sua gestão, que se encerra em janeiro, e qual considera a principal marca deixada aos associados?

A principal marca deixada aos associados é a efetiva representação política dentro do Congresso Nacional. Hoje, o setor de fomento comercial é notoriamente reconhecido como uma força atuante em todos os principais temas econômicos e sociais de relevância na vida do País. Além disso, temos muitas outras marcas a comemorar, como a melhora do ambiente de negócios e da imagem do segmento de factoring, incluindo uma iniciativa que tenho muito orgulho de mencionar: ter idealizado e escrito parcialmente uma peça teatral chamada "Mitos e Verdades sobre o Factoring".

E quais foram as principais dificuldades desse período à frente do Sinfac-SP?

A principal dificuldade é conciliar as atividades empresariais com a atividade sindical, que é voluntária, mas demanda muito tempo para se realizar uma representação efetiva e bem feita.

O êxito da sua gestão à frente do Sinfac-SP se consolidou com a recondução ao cargo para o período 2018-2022. O que os associados e parceiros do Sindicato podem esperar desse novo período?

A continuidade do nosso trabalho. Com menos recursos, é verdade, porém, com muito mais esforço e criatividade. As principais âncoras do Sindicato, como a prestação de serviços de consultoria, cursos, eventos, informativos on-line e impresso devem continuar dentro do nosso padrão de excelência de qualidade, certificada no sistema de Gestão da ISO 9001.

E quais considera os principais desafios daqui para frente?

Com a extinção da contribuição sindical obrigatória, fruto da Reforma Trabalhista, o principal desafio de um sindicato será buscar fontes alternativas de custeio e manutenção do quadro atual de associados. Esses objetivos somente serão conseguidos com novas parcerias e novos produtos que agreguem valor ao associado, ou grandes conquistas nos campos Legislativo, Executivo e Judiciário, que melhorem o ambiente de negócios.

Quais são as grandes questões associativas para 2018?

Sem dúvida, a grande questão sindical para 2018 veio no bojo da Reforma Trabalhista, que extinguiu a contribuição sindical obrigatória e, paradoxalmente, instituiu a prevalência do acordado sobre o legislado. A convenção coletiva, a ser negociada entre os sindicatos dos empregados e empregadores, terá mais força que a própria lei. Somente um sindicato forte e com recursos terá condições de uma boa negociação com o outro lado.

E projetos futuros e metas, o senhor pode adiantar alguma coisa?

O meu maior sonho é ver aprovada a lei do Código Comercial, que insere um capítulo de fomento comercial, que será a nossa tão sonhada lei de factoring, resolvendo nossos problemas de segurança jurídica nas principais questões de Direito de regresso, garantias e até do sacado que não paga para factoring. Antes disso, conseguiremos mais algumas vitórias no estatuto da micro e pequena empresa e, possivelmente, a implantação de uma nova modalidade de fomento comercial, a ESC - Empresa Simples de Crédito.

Como o Sinfac-SP pretende aprimorar os investimentos em qualificação de seus associados?

Esta é a parte mais nobre e a alma do Sindicato. Em média, temos realizado mais de 40 cursos por ano. Mesmo com a escassez de recursos, pretendemos mudar o enfoque para mais produtividade, com assuntos de interesse no cotidiano do associado. Com certeza, estaremos também implantando o sistema EAD, de Ensino a Distância, via web, já em desenvolvimento no Sinfac-SP.

E quais os grandes gargalos do setor de factoring que ainda precisam ser enfrentados?

O grande gargalo do setor de factoring é não termos um sistema de informações do tipo que os bancos têm, como o Sisbacen- Sistema de Informações do Banco Central.

E como o Sindicato atuará nesse sentido?

Já iniciamos um trabalho de conscientização junto aos associados para funcionar uma central de risco que compartilhe dados, quer seja pelos birôs atualmente existentes ou mesmo o desenvolvimento de um sistema próprio.

Alguma consideração que julgue necessárias sobre o Sindicato e mercado?

Inegavelmente, a percepção da sociedade como um todo para o segmento de factoring melhorou significativamente nos últimos dez anos. Temos absoluta certeza de que o trabalho do Sinfac-SP em muito contribuiu para essa mudança de percepção, que aconteceu devido à nossa marcante representação. Nosso apelo é para que não tenhamos uma década perdida de representação e que haja o reconhecimento de nossos associados, demonstrando tal fato pelo recolhimento da contribuição sindical, agora facultativa, no próximo mês de janeiro.

Com a extinção da contribuição sindical obrigatória, fruto da Reforma Trabalhista, o principal desafio de um sindicato será buscar fontes alternativas de custeio e manutenção do quadro atual de associados.